

26/09/1985

Brasil não teme ameaças

Presidente, que volta hoje, não crê em retaliações

CORREIO BRAZILIENSE BRASÍLIA, quinta-feira, 20 de setembro de 1985 11

dos credores, diz Sarney

Sarney - discurso
por ter pedido a rediscussão da dívida externa

ARNOLFO CARVALHO
Enviado especial

Nova Iorque — O Brasil não teme eventuais medidas de retaliação em decorrência do pedido de rediscussão da dívida externa, por ter consciência do peso de sua economia e do papel estabilizador que exerce na América Latina. "Seria uma insensatez iniciarem uma onda de retaliação, pois já não somos tão vulneráveis a este tipo de ameaça" — disse ontem o presidente José Sarney, durante a entrevista que concedeu algumas horas antes de encerrar seu programa nos Estados Unidos e embarcar de volta a Brasília, onde chega hoje de manhã. Ele reconheceu que ainda não houve a abertura de negociações pedida pelo Brasil, "mas as mudanças já são evidentes".

Quando os organismos internacionais controlados pelos Estados Unidos aceitarem abrir a negociação, o governo brasileiro terá sua proposta, que será "bastante ampla" e não se limitará aos aspectos contábeis. "Mas não vamos adiantar nossa posição" — repetiu, demonstrando otimismo com a resposta que espera dos credores, pois "aos poucos vamos sentindo que eles estão se abrindo". Explicou que o momento ainda corresponde a uma "fase de denúncia do problema", e que os únicos prazos existentes são aqueles do interesse no próprio país, numa referência ao cronograma anterior com os bancos e com o Fundo Monetário Internacional.

Está fora de cogitação incluir na proposta brasileira a mudança da legislação que regula as relações com o capital estrangeiro, como chegou a ser especulado no passado. "Temos uma legislação bem antiga que

tem atendido aos interesses brasileiros e dos investidores externos" — afirmou, acrescentando que o único problema é que "na época de crescimento econômico aparece o capital de risco, mas na recessão os investidores se retraem", numa referência à observação do secretário de Estado norte-americano, George Shultz, para quem o Brasil estaria precisando de mais investimento de risco, e não de mais empréstimos externos. Indagado se o secretário sugeriu maior abertura ao capital estrangeiro, Sarney foi claro:

— O Shultz não fez nenhuma sugestão, e se fizesse o presidente da República não aceitaria, pois somente a nós cabe decidir que caminho tomar — garantiu. Explicou que na audiência concedida ao secretário norte-americano ele, como presidente, "não poderia fazer proselitismo" das teses brasileiras, "até mesmo porque se tratava de uma visita de cortesia". Observou, entretanto, que notou uma mudança da parte do governo americano, na medida em que agora já se aceita que "não há solução fora do crescimento da economia", ao contrário do que acontecia antes, com a predominância absoluta da "fórmula ortodoxa que tem agravado os problemas, sem resolvê-los".

Quando um jornalista perguntou se ele estava sabendo de algo que a imprensa não tinha conhecimento, ao ponto de se dizer "otimista" com o desfecho da questão externa, o Presidente riu e mais uma vez usou seu jogo de cintura. "Todas as declarações que temos visto mostram que está havendo uma mudança de posições", observou,



SARNEY NA ONU

lembrando que não só por sua "pertinácia" mas também pelo fato de vir da oitava economia do Ocidente, a "resistência" brasileira ao tratamento ortodoxo da dívida externa "tem que ser levada em consideração". Disse que a nova proposta brasileira "é tão justa e clara que não deixa espaço ao pessimismo quanto à sua aceitação", observando que, no início da discussão, esta posição em favor da renegociação da dívida preservando o crescimento "era só do Brasil, e agora conta com o apoio dos demais".

O Presidente reafirmou a necessidade de contar com apoio dos partidos para levar adiante a proposta de renegociação da dívida em dois níveis — o financeiro, com os bancos e organismos internacionais, e o político, com os governos dos países credores, de forma a livrar o País de programas de ajustamento de caráter recessivo. "O Congresso terá uma participação decisiva no suporte que deve dar ao governo nesta questão, e a composição da comitiva nesta viagem, por exemplo, já demonstra que existe este apoio" — afirmou, acrescentando que "a política não pode ser exercida como uma ação entre inimigos", mas sim de

acordo com os interesses maiores do País.

Sua intenção é conduzir pessoalmente o encaminhamento da futura renegociação externa, no que se refere ao aspecto político, que considera "muito mais amplo e mais importante" do que o aspecto técnico-bancário. "A dívida externa não é das heranças mais agradáveis que recebemos, mas seu encaminhamento político é da minha responsabilidade e assim será conduzido". Ao ser informado de que o coordenador do comitê de assessoramento dos bancos credores, William Rhodes, havia dito a um jornalista que foi cumprimentado pelo Presidente por sua "contribuição" ao Brasil, Sarney não deixou por menos:

— Não me recordo de ter agradecido em meio a uma multidão o executivo do Citicorp pelo seu desempenho na condução da dívida externa — reagiu, acrescentando que "a dívida tem um caráter muito mais amplo e profundo para ser tratada só entre banqueiros". Assegurou ainda que vai continuar na mesma linha do seu discurso na Organização das Nações Unidas, não apenas na questão do endividamento mas também em matéria de política externa em geral. "O País vai cada vez mais se firmar no cenário internacional, defendendo seus interesses e compartilhando das soluções para os problemas mundiais". Disse ainda que não pretende mudar a orientação para sua equipe econômica, pois a recusa da recessão já vinha sendo um princípio seguido desde o início do governo, e tampouco pretende abrir mão da reserva de mercado para a informática — inclusive porque isso seria comprometer a "soberania do Congresso".